



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 6065/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Pirapora do Bom Jesus
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS
Período 12/2017
Relator Dr. Edgard Camargo Rodrigues
Unidade Fiscalizadora 08ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
Responsável Romilton Militão Quermes
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 483.797.781-20
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Parte dos documentos exigidos foi entregue, sendo parte da entrega tempestiva e parte intempestiva.

Não foram entregues os seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Publ. RGF Legislativo	12	2017

Os seguintes documentos foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano

Conciliações Bancárias Mensais	12	2017
Questionário sobre Transporte	12	2017
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 13 CONTA CONTABIL	13	2017
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 13 CONTA CORRENTE	13	2017

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS	R\$ 17.141,51	R\$ 0.00

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS	R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS	R\$ 17.141,51	R\$ 0.00	R\$ 8.570,76

Diante das baixas ocorridas aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, deve o órgão ser alertado, para a adoção dos ajustes necessários.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 1.216.025,94	R\$ 49.180.413,02	2,4726%	6,0000%
4/2017	R\$ 1.275.110,30	R\$ 48.949.568,47	2,6049%	6,0000%
8/2017	R\$ 1.376.644,86	R\$ 50.304.448,85	2,7366%	6,0000%
12/2017	R\$ 1.493.535,77	R\$ 50.862.726,93	2,9364%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 1.320.220,47	R\$ 49.559.289,51	2,6639%	2,6639%
7/2017	R\$ 1.349.934,29	R\$ 50.089.413,27	2,6950%	2,6639%
8/2017	R\$ 1.376.644,86	R\$ 50.304.448,85	2,7366%	2,6639%
9/2017	R\$ 1.406.619,22	R\$ 50.785.596,60	2,7697%	2,6639%
10/2017	R\$ 1.420.311,60	R\$ 51.641.313,82	2,7503%	2,6639%
11/2017	R\$ 1.465.934,26	R\$ 50.971.274,66	2,8760%	2,6639%
12/2017	R\$ 1.493.535,77	R\$ 50.862.726,93	2,9364%	2,6639%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,9364%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 18.994,43
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 17.141,51
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 0,00

(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 1.852,92
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 17.197,74
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 17.141,51
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 56,23
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-96,9653%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 17.141,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.141,51
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Consignações	R\$ 52.406,73	R\$ 579.625,59	R\$ 579.015,33	R\$ 53.016,99
Depósitos	R\$ 3.772,80	R\$ 7.555,99	R\$ 7.555,99	R\$ 3.772,80
Outros	R\$ 666.688,85	R\$ 2.051.316,72	R\$ 2.070.016,85	R\$ 647.988,72
Total	R\$ 740.009,89	R\$ 2.638.498,30	R\$ 2.656.588,17	R\$ 721.920,02

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 69,29%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 1.841.750,80
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 0,00
Despesas com folha de pagamento	R\$ 1.276.164,85
Despesa com folha/Transferências realizadas	69,29%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 26.310.727,04
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 820.368,03
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	3,12%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 3,12%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	17646
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 26.310.727,04
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 1.841.750,89
Total de Despesas do exercício	R\$ 1.830.760,39
Percentual Apurado	6,96%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 6,96%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 06/04/2018
Hora da Geração: 23:45:57